

“Empresa cidadã”: uma estratégia de hegemonia¹

Fernando Silveira Melo Plentz Miranda

O livro está dividido em uma introdução e três capítulos, além das considerações finais. O objetivo do texto é analisar a intervenção do empresariado brasileiro na sociedade, que se difunde a partir dos anos 1990. Demonstra a ação social do empresariado, concomitantemente com o ideário neoliberal de “reforma” do Estado brasileiro, em que o terceiro setor passa a canalizar as expectativas de melhores serviços públicos, que anteriormente eram prestados apenas pelo Estado provedor.

No primeiro capítulo, analisam-se as origens de formação do Estado brasileiro contemporâneo, a partir de uma perspectiva não clássica da “revolução burguesa”, onde não se reproduziram no Brasil os paradigmas da revolução inglesa do século XVII ou da Revolução Francesa do século XVIII. Citando Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, a autora afirma que o desenvolvimento capitalista em nosso país operou-se de maneira tardia e dependente, ocorrendo alterações substanciais na esfera política e econômica a partir de 1930, momento em que há o avanço da acumulação capitalista e o desenvolvimento industrial, como novos arranjos institucionais promovidos pela nova classe burguesa empresarial-industrial.

Consolidado o processo industrial nos anos 1950, a burguesia brasileira atinge a plenitude de poder, passando a reproduzir um padrão burguês de Estado e sociedade, apresentando duas polarizações na absorção deste modelo: a primeira faz referência à associação entre liberalismo e Independência (no sentido de emancipação colonial); a segunda, na constituição de uma forma de Estado nacional que institucionalize os interesses da burguesia por meio da centralização das decisões políticas.

A implantação deste modelo Estado nacional não é acompanhada de mudanças reais nos mecanismos de organização das relações de produção, contudo, acarretaram uma série de alterações relacionadas, principalmente, à reorganização dos fluxos de renda com profundos

¹ CESAR, Mônica de Jesus. **“Empresa cidadã”**: uma estratégia de hegemonia. São Paulo: Cortez, 2008. 325 p.

impactos na economia interna, considerando-se “assunto privado” os padrões de absorção da civilização ocidental no Brasil. Esta internalização está relacionada com os novos papéis que as “camadas superiores” passam a desempenhar nos campos político e social, empenhando-se na difusão de um novo estilo de vida completamente vinculado na expansão da economia urbana, servindo a produção rural ao consumo interno e não mais às exportações.

As transformações por que passa o Brasil na sua incorporação ao capitalismo marcaram a sociedade brasileira indelevelmente, sendo que estas estão ligadas primordialmente ao anseio de independência política e às novas estruturas de poder, à reorganização da economia interna e à expansão de uma ordem social competitiva.

Desde o golpe político-militar de 1930, os empresários nacionais aderem à política de controle social que se impõe à sociedade por uma legislação social e trabalhista, que é ao mesmo tempo paternalista e repressiva, por entenderem que estão postas à sociedade a melhor forma de acumulação de capital, pois se elevam a rentabilidade das empresas. As relações entre Estado e empresários permanecem paternalistas e privatistas, na medida em que há subsídios para as atividades produtivas, sem intervenção estatal na produção.

Nos anos seguintes, a lógica empresarial de maximização dos lucros e minimização dos custos mantém-se sob a égide do governo populista que impõe novas leis que garantem a propalada “paz social”, mantendo as condições da acumulação de capital e, ao mesmo tempo, garantindo controle social. Contudo, na segunda metade da década de 1950, sob a égide do Plano de Metas que se origina na lógica da Guerra Fria, o Brasil ingressa em uma nova forma de padrão de acumulação caracterizado por novas relações entre Estado, capital nacional privado e grandes empresas transnacionais, com o aprofundamento da industrialização intensiva e dominação imperialista.

As contradições que se apresentam na sociedade brasileira da época culminam no colapso do populismo através do golpe político-militar de 1964, propiciando à burguesia a ampliação do seu poder econômico por meio do estabelecimento da associação com o capitalismo financeiro internacional. Nesta análise, o golpe de 1964 implica na ruptura e, simultaneamente, na continuidade do modelo social anterior. A novidade se caracteriza pela funcionalidade política e econômica que o Estado assume, consolidando a concentração e a centralização do capital monopolista; a manutenção se mostra pelo resgate de elementos conservadores da sociedade brasileira.

No segundo capítulo, a autora verifica a crise e a contrarreforma do Estado brasileiro. Citando Mandel descreve que a origem da crise do Estado origina-se no esgotamento de uma longa fase do capitalismo nos anos 1960. A tríade taylorismo, fordismo e keynesianismo, que constituíra o Estado de Bem-Estar Social, busca compatibilizar a dinâmica da acumulação de capital com garantia de direitos políticos e sociais mínimos. A redução das taxas médias de lucro, culminada com a retração da atividade econômica, marcam a recessão generalizada da crise do Estado capitalista na década de 1970, colocando em xeque o conjunto de regularidades político-sociais que garantiam a estabilidade dos países capitalistas centrais e que mantinham a dinâmica da reprodução ampliada do capital.

Esta crise estrutural que atingira os países de economia central também chegou aos países de economia periférica na forma de queda nas taxas de crescimento econômico e de um enorme endividamento estatal. Tal conjuntura recessiva da economia mundial, em especial as latino-americanas, é caracterizada pela crescente inflação, choque dos preços do petróleo, alta das taxas de juros, instabilidade financeira, estagnação dos fluxos de acumulação do capital e redução das taxas de produtividade.

A partir dos anos 1980, as instituições internacionais, entre elas o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), passam a conceber e impor aos países um receituário neoliberal e, em partículas à América Latina, esta determinação possui três dimensões “corretivas”, sendo elas: primeiro: diminuição da pobreza; segundo, estabilidade e ajuste fiscal como condições ao êxito das políticas neoliberais; e, terceiro, a “reconstrução do Estado” a partir de um novo modelo de desenvolvimento institucional, como novas regras legais para preservação e cumprimento de contratos e acordos.

Durante a dinâmica de “reconstrução do Estado” e de reformas estruturais que se opera no Brasil nos anos 1990, observa-se o fortalecimento do empresariado em decorrência da fusão do capital bancário com o industrial e a ampliação da simbiose de capital estrangeiro e nacional. Este momento marca a alteração do pensamento da burguesia brasileira, que pela primeira vez na história do país adota o discurso da construção social pelo consenso. Assim, cada vez mais o posicionamento do discurso empresarial passa a ser o da substituição da forte intervenção do Estado “pesado e envelhecido”, pela redução do peso do Estado, deixando a sociedade livre para a adoção das leis do mercado, competindo aos empresários à solução dos conflitos sociais, transferindo para a “sociedade civil” a efetivação das políticas sociais.

No terceiro e último capítulo, a autora trata da intervenção social dos empresários na dinâmica das políticas de controle social. No contexto de aplicabilidade das políticas neoliberais, caracterizada pelo Estado parco nos gastos sociais, estimula-se que os cidadãos busquem soluções para a exclusão social.

Na dinâmica do capitalismo contemporâneo, pode-se observar que as ações desenvolvidas margens de lucro que, no quadro da mundialização financeira, o rendimento financeiro de ativos das companhias transnacionais é vigiado pelos detentores das carteiras de ações, tais como grandes investidores, fundos de pensão e grupos de seguro. Os grupos empresariais transnacionais, então, alocam recursos nas empresas líderes e descentralizam a produção industrial através de empresas “parceiras”, formando uma rede global de capitais, tecnologias, bens e serviços.

Através desta vasta rede, as empresas líderes conseguem manter a produção e também se concentrar na interface com o mercado, passando a fornecer serviços coletivos, tais como pesquisa científica, além de infraestrutura econômica e social. Voltam a sua atenção aos próprios trabalhadores assalariados e, principalmente, atingem parte da população que passa a ser atendida pelas ações sociais diretas financiadas pelas empresas. Isso amplia a capacidade dirigente do empresário, que organiza massas de homens, gera confiança no produto e serviço, ou seja, cria consumidores. Assim, o ideário da “empresa cidadã” demanda o desenvolvimento de ações sociais que ultrapassem os limites da empresa e se estendem para toda a sociedade, para que até mesmo as populações que não são diretamente alvo das ações sociais da empresa possam, também, ser atingidas pelo ideário “social” empresarial através do “marketing social”.

Neste sentido, o estímulo à cidadania não passa de uma forma de propaganda empresarial para esvaziar o debate sobre a precarização do trabalho e das políticas públicas de proteção social. A solidariedade é posta no discurso oficial do governo, criando uma nova forma de ética e concepção social, onde o desenvolvimento do país depende do esforço individual e totalmente indiferente das forças que compõem a sociedade. Sob este modelo de cidadania, não há distinção entre trabalho e capital, patrões e empregados, posto que todos passam a ser “cidadãos”. Diluem-se, assim, lutas de classes, antagonismos ou utopias, pois a solidariedade pacífica da sociedade garante a acumulação capitalista.

Ao adotar o discurso da “responsabilidade social”, as empresas difundem conteúdos simbólicos e ideológicos que garantem a profusão da ideia na sociedade de que os problemas

sociais são externos a ela, ou seja, há uma óbvia reorientação dos padrões culturais, onde a empresa passa a ser considerada a solução das desigualdades sociais, garantindo, portanto, a hegemonia do capital, estabelecendo um complexo dispositivo de manutenção e crescimento de mais-valia.

Fernando Silveira Melo Plentz Miranda - Universidade de Sorocaba - Uniso. Sorocaba | SP | Brasil. Contato: fernando.plentz@prof.uniso.br